

Pós-Graduação

DIREITO ADMINISTRATIVO:
LICITAÇÕES E CONTRATOS NA
PRÁTICA





Quem Somos

SOBRE O IDEA

O *IDEA - Instituto de Desenvolvimento e Aprendizagem* é uma instituição especializada no curso de Direito, cuja missão é promover uma educação de qualidade que cause um impacto positivo e duradouro na sociedade.

Em 2020, recebemos o credenciamento do Ministério da Educação com nota 5 (maior nota possível, nos tornando a única instituição presencial nota 5 do Maranhão).

"FAZER PARTE DO IDEA É
AJUDAR A CONSTRUIR O
FUTURO"

Rodrigo Oliveira, CEO

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Nossas instalações foram desenhadas para promover a aplicação das metodologias de ensino mais inovadoras da atualidade. O IDEA conta com salas de aula invertidas (modelo Stanford), ambientes interativos, júri simulado integrado e uma biblioteca 100% digital.

CORPO DOCENTE QUALIFICADO

O IDEA conta com professores de alta titulação e com ampla experiência no mercado de trabalho. Capacitando o corpo docente, o Prof. Dr. Eudes Vítor Bezerra (Pós-Doutor em Direito pela UFSC, Doutor e Mestre pela PUC-SP).





METODOLOGIA DE ENSINO FOCADA NA PRÁTICA

A concepção do projeto pedagógico do IDEA é inteiramente focado no desenvolvimento de competências práticas que ajudam o aluno a se desenvolver em um mercado cada vez mais competitivo. A metodologia ativa de ensino é utilizada para desenvolver o pensamento crítico do aluno de forma autônoma e participativa.

NOSSOS VALORES

- Alta qualidade acadêmica
- Estreito relacionamento com alunos/professores e comunidade
- Ética
- Responsabilidade
- Transparência
- Sustentabilidade
- Justiça

SOMOS A MELHOR
INSTITUIÇÃO DO
ESTADO DO
MARANHÃO, DE
ACORDO COM O MEC



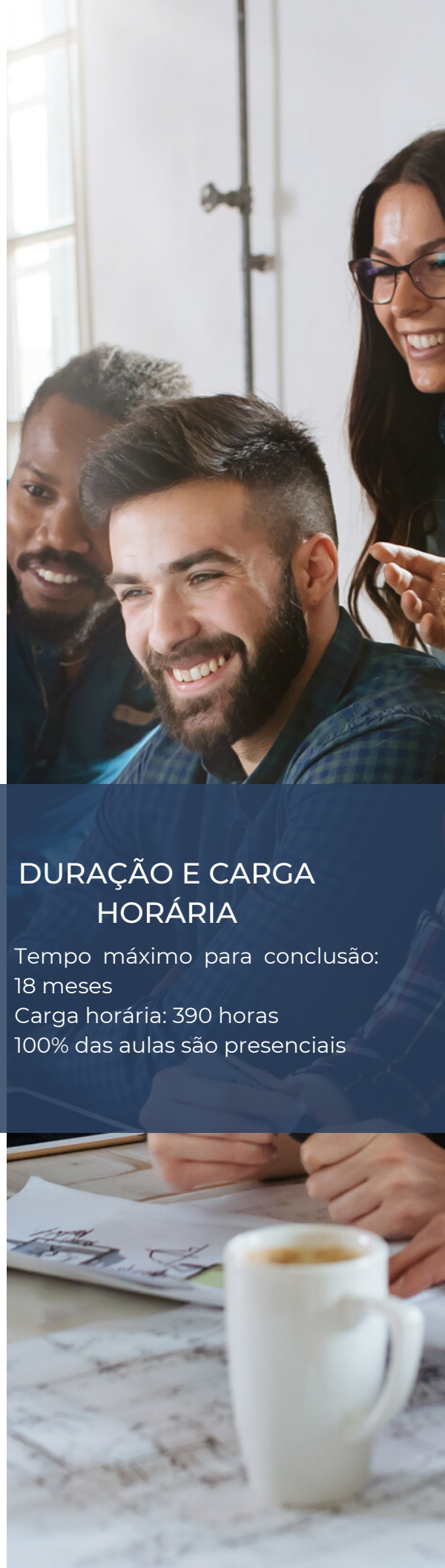
Direito e Processo Tributário

APRESENTAÇÃO DO CURSO

A atuação da Administração Pública na busca pelo atingimento do interesse público resvala na necessidade relacionar-se com a iniciativa privada, especialmente quando o tema é licitação e contratos administrativos. Considerando a complexidade existente na legislação administrativa sobre a temática, observa-se cada vez mais, do profissional do Direito, um destacado conhecimento para adequada atuação na advocacia moderna, tanto para aqueles que atuam nos cargos públicos, na advocacia corporativa ou de escritórios de advocacia. A atuação frente aos procedimentos licitatórios e aos contratos administrativos, quer pelo interesse público quer pelo interesse privado, exige conhecimento e preparo adequados, ao ponto o alinhamento entre teoria e prática é extremamente necessário para obtenção de sucesso. Busca-se preparar os participantes do curso para uma atuação profissional moderna, focada na realidade jurisprudencial e na adequada compressão dos temas mais relevantes relativos à licitação e contratos administrativos.

DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA

- Tempo máximo para conclusão: 18 meses
- Carga horária: 390 horas
- 100% das aulas são presenciais



Certamente, então, todas estas temáticas serão abordadas, bem como as principais jurisprudências, todos observados a partir daquilo que existe de mais moderno e importante, sendo eles:

TEMAS ABORDADOS

- Gestão de escritório;
- Temas especiais da advocacia contemporânea: técnicas de resolução adequada de conflitos: Arbitragem na Administração Pública
- Advocacia corporativa: da gestão ao resultado;
- Metodologia do trabalho científico.

PRA QUEM É O CURSO?

Profissionais com vinculação ao Direito Administrativo (servidores públicos, advogados, estagiários, juízes, desembargadores, gestores da iniciativa privada) e estudantes da área jurídica.

DIFERENCIAIS

- Corpo docente composto de professores de todo o País, contando com autores de livros em Direito Administrativo, além de boa diversificação.
- Atualização sobre todos os temas inovadores do Direito Administrativo, com professores que atuaram diretamente e diariamente com questões práticas.
- Divisão de módulos que propicia intenso diálogo acadêmico e preparação profissional.
- Infraestrutura que viabilizará o aluno a utilização de metodologia de ensino inovadoras.





A IMPORTÂNCIA DO CURSO

Ademais, o presente curso propõe estudos que possibilitem a especialização de profissionais e estudantes do Direito sobre as questões teóricas e práticas relativas à licitação e contratos administrativos, devidamente atualizado com as modificações legislativas, jurisprudenciais e de prática forense, levando em conta, especialmente, como os Tribunais de Contas Estaduais e da União têm se manifestado sobre tais temas.

Neste sentido a Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Administrativo: Licitação e Contratos Administrativos na Prática se propõe a oferecer oportunidades para profissionais e estudantes interessados na área partindo do pressuposto que a especialização e atualização sobre tais temas administrativos, em especial no contexto contemporâneo, sendo essencial para atuação prática dos profissionais.

Assim, o curso visa formar profissionais com habilidades e competências para atuarem junto aos procedimentos licitatórios, quer por parte da Administração Pública quer por parte do particular, bem como na elaboração e análise de contratos administrativos, uma vez que seu corpo docente é formado por Profissionais de renome de todo o País.

O curso está estruturado em três grandes pilares: Licitação, Contratos Administrativos e Temas Especiais. Com isso, os alunos terão contato com uma abordagem ampla que, aos poucos, irá ser aprofundada nos temas específicos de cada módulo.

OBJETIVOS DO CURSO

A Pós em Direito Administrativo: Licitações e Contratos na Prática, ministrada pelo IDEA é inteiramente focado no desenvolvimento de competências práticas que ajudarão o aluno a se desenvolver em um mercado cada vez mais competitivo.

A metodologia ativa de ensino é utilizada para desenvolver o pensamento crítico do aluno de forma autônoma e participativa. Assim, nossos objetivos, dentre outros, são:

- Prover aos participantes de conhecimentos teóricos sobre os parâmetros que norteiam a atuação e estudo do Direito Administrativo, alinhado a aplicabilidade prática;
- Propiciar um intenso diálogo e aprofundamento de estudos sobre as Licitações e os Contratos Administrativos e demais temas atuais do Direito Administrativo numa visão prática;
- Contribuir para formação de profissionais com competência e desenvoltura para atuação no Direito Administrativo.



1. TEMAS ESPECIAIS NA CONTEMPORANEIDADE:

- a. Conflitos: Arbitragem, mediação e conciliação
- b. Gestão de Escritório e Empreendedorismo;
- c. Direito, Economia e Processo;
- d. Direito Corporativo: da Gestão ao Resultado.

2. LICITAÇÃO

- a. Conceito, evolução histórica e princípios norteadores;
- b. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação;
- c. Modalidades de licitação;
- d. Procedimento licitatório;
- e. Recursos administrativos, anulação e revogação;
- f. Judicialização do procedimento licitatório;
- g. Penalidades: sanções administrativas e crimes penais.
- h. Prática: análise e elaboração de editais de licitação

4. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- a. Conceito, divergências doutrinárias e regime jurídico;
- b. Características dos contratos administrativos;
- c. Cláusulas exorbitantes;
- d. Mutabilidade e o equilíbrio econômico financeiro;
- e. Rescisão do contrato administrativo;
- f. Modalidades de contratos administrativos I: concessões;
- g. Modalidades de contratos administrativos II: parcerias público-privadas;
- h. Outros contratos administrativos.
- i. Prática: análise e elaboração de contratos administrativos

5. METODOLOGIA, DIDÁTICA E ELABORAÇÃO TRABALHO DE CURSO

- a. Metodologia do Trabalho Científico;
- b. Didática do Ensino Superior;
- c. Elaboração o Trabalho de Curso.

Disciplinas e ementas

1 - TEMAS ESPECIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

1.1 - TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS: ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO:

A Advocacia e as Técnicas de Resolução de Conflitos: os procedimentos da Arbitragem, da Conciliação e de Mediação.

1.2 - DIREITO, ECONOMIA E PROCESSO

O Direito e a Economia. A Liberdade Econômica e a Livre Iniciativa. A influência da economia no Direito. O Fortalecimento do Judiciário como agente regulador do mercado e a Advocacia.

1.3 - GESTÃO DE ESCRITÓRIO E EMPREENDEDORISMO

Atendimento, vestimenta, informações e orientações ao cliente. Contrato de honorários, tabela da OAB, quanto cobrar, tempo do processo, tempo dos recursos, custas – como funciona; guias de recursos; procuração e poderes, com reserva e sem reserva, substabelecimento; como fazer publicidade na advocacia (tv, rádio, televisão, internet, cartão, banner, panfleto, etc); sucumbência, parcerias proibidas, parceria autorizadas; forma de pagamento: boleto, promissória, duplicata, cartão de crédito, execução de contrato, responsabilidade civil, trabalhista, tributária e administrativa; representação – como funciona, defesa, sanções e processo disciplinar na OAB. Empreendedorismo. Plano de negócios e de marketing, conceitos de fornecedor, cliente e concorrente, técnicas de negociação, atendimento, prospecção e manutenção de clientes

1.4 - DIREITO CORPORATIVO: DA GESTÃO AO RESULTADO

Modelos gestacionais corporativos. A advocacia empresarial. Planejamento empresarial corporativo.

Disciplinas e ementas

2. LICITAÇÃO

2.1 - CONCEITO, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PRINCÍPIOS NORTEADORES;

Conceito de licitação: legislação, doutrina e jurisprudência. Evolução história: internacional e nacional. Princípios norteadores: princípio da legalidade, princípio da igualdade, princípio da moralidade e probidade, princípio da impessoalidade, princípio da publicidade, princípio da vinculação ao instrumento convocatório, princípio do julgamento objetivo, princípio da adjudicação compulsória, princípio da ampla defesa e princípio da licitação sustentável.

2.2 - OBRIGATORIEDADE, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO;

Obrigatoriedade; quem está obrigado a licitar; quais objetos são obrigados licitar. Dispensa: Conceito; Objetos: Bens móveis: doação, permuta, venda de ações, venda de títulos, venda de bens e venda de materiais e equipamentos. Bens imóveis: doação em pagamento, doação, permuta, investidura, venda à Administração Pública, alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso de imóvel comercial ou residencial, legitimação de posse. Inexigibilidade: Conceito; Inviabilidade de competição; Hipóteses: pequeno valor, situações excepcionais, objeto e pessoas.

2.3 - MODALIDADES DE LICITAÇÃO;

Concorrência; Tomada de Preço; Convite; Concurso; Leilão; Pregão presencial; Pregão eletrônico; Regime Diferenciado de Contratação.

2.4 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO;

Procedimento da concorrência: edital, habilitação, classificação, homologação, adjudicação. Procedimento da tomada de preço. Procedimento do Convite. Procedimento do Concurso. Procedimento do Leilão. Procedimento do Pregão presencial. Procedimento do Pregão eletrônico. Procedimento para contratação de serviços de publicidade. Sistema de registro de preços.

Disciplinas e ementas

2.5 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS, ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO;

Dos recursos administrativos cabíveis: Recurso; Representação e Pedido de Reconsideração. Rito processual administrativo. Ilegalidades possíveis. Anulação por ilegalidade. Revogação por interesse público. Possíveis indenizações ao contratado.

2.6 - JUDICIALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO;

Principais questionamentos judiciais; Jurisprudência recente.

2.7 - PENALIDADES: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CRIMES PENAIS.

Aplicação de penalidades por descumprimento do contrato: Advertência; Multa; Suspensão temporária; Declaração de inidoneidade. Crimes penais: Frustrar ou fraudar competição; Patrocínio direto ou indireto de interesse privado; Modificação ou vantagem contratual na fase de execução; Impedir, perturbar ou fraudar atos do procedimento licitatório; Devassar o sigilo de proposta apresentada; Afastar ou procurar afastar licitantes por meios ilegais; Fraudar a licitação; Licitar ou celebrar contrato com quem não possui idoneidade; Frustrar a participação em licitação;

2.8 - PRÁTICA: ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO

Clínica prática: elaboração de editais de licitação. Requisitos, estruturação e procedimentos.

Disciplinas e ementas

3. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 - CONCEITO, DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E REGIME JURÍDICO;

Conceito de contratos administrativos. Correntes doutrinárias existentes. Regime jurídico de Direito Público. Distinções em relação ao regime jurídico de Direito Privado.

3.2 - CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;

Conceito. Presença da Administração Pública como Poder Público. Finalidade Pública. Obediência à forma prescrita em lei. Procedimento legal. Contrato de adesão. Natureza intuito personae. Presença de cláusulas exorbitantes.

3.3 - CLÁUSULAS EXORBITANTES;

Conceito. Exigência de garantia. Alteração unilateral. Rescisão unilateral. Fiscalização. Aplicação de penalidades. Anulação. Retomada do objeto. Restrições ao uso da exceptio non adimpleti contractus.

3.4 - MUTABILIDADE E O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO;

Álea ordinária e seus impactos. Álea administrativa: Alteração unilateral do contrato e seus impactos; Fato do príncipe e seus impactos; Fato da administração e seus impactos. Álea econômica: teoria da imprevisão e seus impactos.

3.5 - RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;

Rescisão unilateral. Rescisão amigável. Rescisão Judicial. Jurisprudência recente a respeito do tema.

3.6 - MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS I: CONCESSÕES;

Conceito e natureza jurídica. Concessão de uso de bens públicos. Concessão de serviço público. Concessão de obra pública.

Disciplinas e ementas

3.7 - MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS II: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;

Conceito e natureza jurídica. Do procedimento licitatório específico. Normas aplicáveis apenas à União. Modalidades: Concessão administrativa; Concessão patrocinada.

3.2 - OUTROS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;

Contratos de obra pública e de prestação de serviço: empreitada; tarefa; serviços de publicidade; contrato de gestão; convênio; consórcio administrativo; terceirização.

3.3 - PRÁTICA: ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Clínica prática: elaboração de contratos administrativos. Requisitos, estruturação e procedimentos.

Disciplinas e ementas

4. METODOLOGIA, DIDÁTICA E ELABORAÇÃO TRABALHO DE CURSO

4.1 - METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Metodologias envolvidas a pesquisa científica no direito. Técnicas para a elaboração de artigos científicos e Trabalho de Curso. Métodos de pesquisa: procedimentos para coleta e análise de dados Elaboração de relatórios de pesquisa, cronograma e redação do trabalho final.

4.2 - DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

Será abordado, de forma sistêmica, o processo ensino-aprendizagem, oportunidade na qual analisar-se-á os elementos que compõem o sistema. Descrever modelos de ensino-aprendizagem. Enfatizar a metodologia do ensino, as estratégias individuais e em grupo de aprendizagem. Refletir sobre a avaliação da aprendizagem. Fornece ferramentas para elaboração de planos de disciplina e de aula. Em especial, as metodologias ativas de ensino.

4.3 - ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

Orientação e elaboração do Trabalho de Curso.

Coordenação Acadêmica



PROF. DR. EUDES VITOR BEZERRA

Pós-Doutor em Direito - UFSC (2017). Doutor em Direito PUC/SP (2016). Mestre em Direito PUC/SP (2012). Especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho LEGALE (2019). Especialização em Docência Universitária UNINOVE (2013). Especialização em Direito Civil e Direito Processual Civil UNISAL (2008). Graduado em Direito UNINOVE (2007). Diretor Acadêmico do Instituto de Desenvolvimento e Aprendizagem - IDEA. Professor de Ensino Superior e Pós-graduação. Palestrante. Advogado militante em São Paulo. Associado do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Autor de Livro e Artigos Científicos.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2512954835653624>)



PROF. DR. RICARDO BERND GLASENAPP

Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Especialista em Direito Constitucional pela ESDC - Escola Superior de Direito Constitucional. Graduado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Professor em graduação e pós-graduação. Pesquisador e autor de obras jurídicas. Advogado atuante na área de Direito Público. Presidente do IBPD – Instituto Brasil – Portugal de Direito.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1296968282469101>)

Corpo Docente



PROF. DR. FÁBIO FRANCO PEREIRA

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (2005). Mestre (2010) e Doutor (2016) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Gerente da Escola de Direito e Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Professor de Direito Constitucional e Administrativo do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU e da Escola Paulista de Direito - EPD. Advogado.



PROF. DR. RICARDO BERND GLASENAPP

Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Especialista em Direito Constitucional pela ESDC - Escola Superior de Direito Constitucional. Graduado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Professor em graduação e pós-graduação. Pesquisador e autor de obras jurídicas. Advogado.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1296968282469101>)

Corpo Docente



PROFA. DRA. JULIANA CRISTINA LUVIZOTTO

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela USP. Graduação em Direito pela PUC-SP. Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Professora de Direito Administrativo, Metodologia de Ensino e Metodologia de Pesquisa Científica na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Atua na área do Direito Administrativo, com experiência na área do Direito Público em geral e com ênfase em responsabilidade civil do Estado, agentes públicos, processos administrativos, licitações e contratos administrativos, contratos de infraestrutura, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações de responsabilidade civil ambiental, controle externo da Administração Pública.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3830108552392421>)



PROF. MS. RODRIGO LOPES NABARRETO

Graduado em Direito pela Unicapital, em Administração pela Unifai e em Gestão de Políticas Públicas pela USP. Pós-graduado em Direito Constitucional pelo LFG. MBA em Administração Pública pela Uniderp-Anhanguera. Mestre em Direito pela Uninove. Doutorando em Administração pela Uninove. Assessor jurídico administrativo do Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região. Tutor da Escola Judicial do TRT-2ª Região e Professor de Direito na UMC.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1841836150577071>)

Corpo Docente



PROF. MS. RUBENS FERREIRA JUNIOR

Doutorando em Processo Constitucional e Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mesma instituição onde obteve os títulos de Mestre em Direito Administrativo (2017), de especialista em Direito Tributário pelo centro de especialização da PUC-SP / COGEAE (2013), e realizou sua Graduação em Direito pela (2006); Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Tributário; Trabalha como professor nas áreas de Direito Administrativo, Tributário e Constitucional em cursos preparatórios para concursos e em faculdade de Direito; Palestrante; Advogado militante desde 2006.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5468523812563952>)



PROF. DR. EUDES VITOR BEZERRA

Pós-Doutor em Direito - UFSC (2017). Doutor em Direito PUC/SP (2016). Mestre em Direito PUC/SP (2012). Especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho LEGALE (2019). Especialização em Docência Universitária UNINOVE (2013). Especialização em Direito Civil e Direito Processual Civil UNISAL (2008). Graduação em Direito UNINOVE (2007). Diretor Acadêmico do Instituto de Desenvolvimento e Aprendizagem - IDEA. Professor de Ensino Superior e Pós-graduação. Palestrante. Advogado militante em São Paulo. Associado do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Autor de Livro e Artigos Científicos.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2512954835653624>)

Corpo Docente



PROF. MS. DENIS CAMARGO PASSEROTTI

Professor Universitário. Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo - USP (2015). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET (2003). Graduado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino (1999) - ITE Bauru/SP. Sócio do escritório Passerotti Sociedade de Advogados.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4765790583987598>)



PROF. MS. WELLINGTON FRANÇA

Advogado, assessor e consultor jurídico, palestrante e professor universitário. Presidente da Comissão de Direito Constitucional da Subseção de São Bernardo do Campo – Seção São Paulo (Gestão 2016 – 2018). Mestre em Educação com ênfase em Políticas Públicas Educacionais pela UNICID. Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Columbia em Asunción, Paraguay.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8868503702774108>)

Corpo Docente



PROFA. MS. SIMONE ZANOTELLO DE OLIVEIRA

Graduada em Direito pelo Centro Universitário Padre Anchieta. É pós-graduada em Administração Pública e em Direito Administrativo pela PUC-SP e Mestre em Direito da Sociedade da Informação (ênfase em políticas públicas com o uso da TI) pela UniFMU-SP. Doutoranda em Direito Administrativo pela PUC-SP. Atualmente é professora do Centro Universitário Padre Anchieta-Jundiaí-SP nas disciplinas de Direito Administrativo e Linguagem Jurídica; docente e consultora jurídica da RHS Licitações-SP, da NP Eventos-PR, da Lidata Eventos-PR, da Consultre Eventos-ES, da Supercia-MS e da Connecton-PR; é Gestora da Unidade de Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jundiaí, trabalhando na área de contratações públicas há 27 anos. É conteudista do Grupo Kroton na área de Pós-Graduação em Direito Público. Atua na área de Direito Administrativo, como consultora jurídica e palestrante na área de licitações, contratos administrativos, convênios, parcerias com o poder público, gestão pública e concursos. Autora de obras jurídicas.

Corpo Docente



PROF. MS. ANDERSON ABRAHÃO

Mestre em Economia da Mundialização e Desenvolvimento em parceria da PUC/SP e da Universidade Paris I - Sorbonne; Especialista pela Escola Paulista de Magistratura em Direito Público, Graduado em Direito pela Universidade Paulista - UNIP (1997). É pesquisador da rede de pesquisas Observatório das Nacionalidades; Atuou como instrutor da 6ª. turma do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo bem como membro da Comissão de Pesquisa e Pós Graduação em Direito da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo. Atua como professor no Complexo Andreucci, no PROORDEM, na Central de Concursos; além de exercer atividades como advogado em escritório próprio. Tem experiência na área de Direito com ênfase em Direito Público, Direito Civil e Direitos Humanos e em Economia.

(Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1945611259183539>)



RUA MARACAÇUMÉ 24, QUADRA 15 -
CALHAU, SÃO LUÍS - MA

(98) 99179-7322
ATENDIMENTO@IDEAEDUCACAO.COM

WWW.IDEAEDUCACAO.COM

